

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
2

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
2

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, José Humberto Rodrigues dos Anjos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-155-8 DOI 10.22533/at.ed.558202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Torres, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. III. Anjos, José Humberto Rodrigues dos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, tornamos público o volume 2 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Nele, 17 textos que trazem resultados de pesquisas de 54 pesquisadores cujos diálogos se organizaram na educação e seus contextos. Nesses capítulos os autores discutem os temas e desenrolam os problemas propostos, abrindo um leque de pressupostos que nos ajudam a entender a educação e sua amplitude social. Acreditamos que a argúcia e a sensibilidade de cada leitor os conduzirá nas trilhas da educação integrada com temas diversos.

Nesta obra, pontuamos 32 palavras-chave que poderão conduzir com mais clareza conexões advindas dos processos de organização e integração da educação brasileira. Entre elas podemos citar: Educação – especial, de adultos, médica e pública -, Ensino – aprendizagem e de biologia -, Gestão/administração – pública e centralizada -, aprendizado ativo e aprendizagem, empreendedorismo, recurso didático, universidade...

Uma obra, em que questões educacionais, pedagógicas, didáticas e sociais, emergem na linguagem clara e acessível de cada autor/a, nos conduzindo à discussões e reflexões diversas. Isto dito, apresentamos prévias das temáticas discutidas: O patrimônio social e seus impactos nos indicadores de qualidade...; O papel do tutor-professor na EAD em nível superior...; Graduação tecnológica no Brasil e na França...; Gestão centralizada na escola pública...; O uso de plataformas digitais para o ensino...; Avaliação do uso do aplicativo WhatsApp no processo de ensino e aprendizagem ...; Aprendizagem baseada em projetos...; As diretrizes curriculares...; Deficiência visual..., (...) Práticas empreendedoras no curso técnico em nutrição e dietética; Modelos tridimensionais como proposta para o ensino lúdico..., O uso de chatbot no ensino de espanhol..., Avaliação (...) instituição de ensino superior..., Animações lúdicas em vídeos..., Controle interno: ferramenta de gestão..., O protagonismo do aluno..., Metodologia de Ensino e Aprendizagem...Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PATRIMÔNIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE SUAS RELAÇÕES	
Amerci Borges da Rosa Karina Vidal Bastos Mauricio Andrade de Lima Carlos Rogério Montenegro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5582029061	
CAPÍTULO 2	21
O PAPEL DO TUTOR-PROFESSOR NA EAD EM NÍVEL SUPERIOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E O RECONHECIMENTO LEGAL	
Érica de Melo Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.5582029062	
CAPÍTULO 3	33
GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL E NA FRANÇA: EM BUSCA DE UM PERFIL IDENTITÁRIO DENTRO DA RELAÇÃO ENSINO/TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS	
Marise Miglioli Lorusso	
DOI 10.22533/at.ed.5582029063	
CAPÍTULO 4	47
GESTÃO CENTRALIZADA NA ESCOLA PÚBLICA: AMEAÇA EMINENTE PARA A EDUCAÇÃO	
Deise Bastos de Araújo Derivan Bastos Santos Stênio Rodrigo Ferreira Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.5582029064	
CAPÍTULO 5	53
O USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS PARA O ENSINO: SEMIOLOGIA, ESCRITA TÉCNICA E PATOLOGIAS	
João Arthur Bezerra Fernandes Davi Prado Haguette Priscila Dourado Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.5582029065	
CAPÍTULO 6	61
AVALIAÇÃO DO USO DO APLICATIVO <i>WHATSAPP</i> NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA DE MONITORIA	
Fernanda Eunice Araújo Câmara Régia Maria Cordeiro Brito Rebouças Ana Vaneska Passos Meireles Eliane Mara Viana Henriques Maria Soraia Pinto Natália Sales de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5582029066	

CAPÍTULO 7 69

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETO: UMA METODOLOGIA ATIVA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Luci Denise Martinolli Carvalho Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5582029067

CAPÍTULO 8 77

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: REFORMAS, CONTEÚDOS E PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO

Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado

Antonio Sérgio Eduardo

José Soares Ribeiro

Fabio Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5582029068

CAPÍTULO 9 90

DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO ENSINO DE BIOLOGIA

Vera Lucia Pereira Lopes

Karla Adrielly Fernandes Oliveira

Maria do Carmo Souza

Rogério Benedito da Silva Añez

Stenio Eder Vittorazzi

DOI 10.22533/at.ed.5582029069

CAPÍTULO 10 95

NUTRIEMPREENDER – PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO CURSO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Robson Fernando Roseno Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.55820290610

CAPÍTULO 11 101

MODELOS TRIDIMENSIONAIS COMO PROPOSTA PARA O ENSINO LÚDICO DE ANATOMIA VEGETAL PARA O ENSINO MÉDIO

Paloma Nair Gomes Batista

Bianca Bis Bastos do Carmo

Lainny Avelar Ramos

Jasminne Lóis Soares Silva

Valmira da Conceição Avelar

DOI 10.22533/at.ed.55820290611

CAPÍTULO 12 104

O USO DE CHATBOT NO ENSINO DE ESPANHOL

Marcos Vinícius de Souza Toledo

Bruno de Souza Toledo

Karina Dutra de Carvalho Lemos

Luiz Cláudio Gomes Maia

DOI 10.22533/at.ed.55820290612

CAPÍTULO 13 114

AValiação DA FORÇA DA MARCA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Luiz Rodrigo Cunha Moura

Paulo Roberto Ferreira

Alessandra Duarte de Oliveira

CAPÍTULO 14	133
ANIMAÇÕES LÚDICAS EM VÍDEOS COMO FERRAMENTA DE APOIO NA COMPREENSÃO DOS MECANISMOS IMUNOLÓGICOS	
Lis Aguiar de Vasconcelos Tales Melo Nogueira de Araújo Fernanda Assunção Tiraboschi Márcio Roberto Pinho Perereira Sílvia Fernandes Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55820290614	
CAPÍTULO 15	140
CONTROLE INTERNO: FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL BRASILEIRA	
Vania de Oliveira Silva Silvana Mara Lente	
DOI 10.22533/at.ed.55820290615	
CAPÍTULO 16	153
O PROTAGONISMO DO ALUNO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL	
Juliana Maria da Silva Minguetti Maria Conceição Passeggi	
DOI 10.22533/at.ed.55820290616	
CAPÍTULO 17	169
METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR EXPERIMENTOS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SOLDAGEM DA FATEC-SP	
Alexandre Benfica Marcos Antonio Tremonti Sergio Pamboukian	
DOI 10.22533/at.ed.55820290617	
SOBRE OS ORGANIZADORES	178
ÍNDICE REMISSIVO	180

unify the Opinions, Resolutions and Decrees, in order to clarify the role of the professionals acting in the modality and the guidelines and criteria to be followed to guarantee a higher quality education. Within the Open University of Brazil System, tutors are professionals who do not have an employment relationship with universities and have the lowest remuneration in the Brazilian Open University system. State Law 8030, in Rio de Janeiro, prohibits the use of the term tutor for professionals who work in the accompaniment of courses offered in the EAD modality. This Law, although in force, has not yet been applied effectively in the State. As can be seen, this change in legislation will lead to a considerable increase in maintenance costs for DE courses.

KEYWORDS: tutor, Distance Education Legislation, Decree 9057/2017, Nacional Education Plan.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com a Legislação Brasileira, conforme consta no Decreto 5622 de Dezembro de 2005, a Educação a Distância “caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. No entanto, esse Decreto foi revogado pelo Decreto 9057 de Maio de 2017, que define a Educação a Distância de maneira mais ampla:

“Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”

A primeira diferença está no papel do professor, que não aparece mais na definição, sendo substituído pela expressão *pessoal qualificado*. Outra diferença está no destaque da importância das políticas de acesso, que antes não era mencionada, e o acompanhamento e avaliação compatíveis com esta modalidade de ensino (BRASIL, 2005; BRASIL, 2017).

De acordo com a Associação Brasileira da Educação a Distância (ABED), em 2016 eram oferecidos 235 cursos de Graduação em nível tecnológico, 219 em nível técnico profissionalizante e 210 ofertas de licenciatura. No entanto, a grande maioria dos cursos ofertados e regulamentados totalmente a distância são especializações *lato sensu*, com uma oferta de 1098 cursos. O Censo EAD.BR 2016 contabilizou 561.667 alunos em cursos regulares totalmente a distância e 217.175 em cursos regulamentados semipresenciais. Isso corresponde a 17% do total de estudantes matriculados em cursos Superiores no Brasil (ABED, 2016).

Dados esses números, é importante destacar o crescimento e a importância da

CONTROLE INTERNO: FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL BRASILEIRA

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 23/03/2020

Vania de Oliveira Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso

Cáceres-MT

vaniaolivers@unemat.br

<http://lattes.cnpq.br/6956381080488929>

Silvana Mara Lente

Universidade do Estado de Mato Grosso

Barra do Bugres-MT

silvana.lente@unemat.br

<http://lattes.cnpq.br/5711804846409829>

RESUMO: O estudo com o objetivo de apontar a atuação e estratégias do controle interno como ferramenta de gestão para tomada de decisão no contexto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) foi desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa, com levantamento de dados por meio de entrevista estruturada aplicada aos gestores dos onze câmpus e da sede administrativa. Os resultados apontam que os gestores reconhecem que o controle interno passou a ser ativo na instituição, o que oportunizou melhorias significativas na gestão em todos os sentidos, seja financeiro,

administrativo, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional. Resultando aos gestores a possibilidade de tomada de decisões a partir das orientações e prevenções trabalhadas, o que culminou na aprovação por unanimidade das contas da universidade pelo Tribunal de Contas. Conclui-se que os gestores avaliam a atuação e estratégias do controle interno como eficiente, pois realiza um trabalho envolvente convocando os gestores a desenvolverem sua gestão desprovida de erros, primando sempre pela garantia da aplicabilidade e execução do recurso público com responsabilidade, de forma a atender às necessidades da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública, Gestão, Controle Interno.

INTERNAL CONTROL: MANAGEMENT TOOL FOR DECISION MAKING IN THE CONTEXT OF A BRAZILIAN STATE UNIVERSITY

ABSTRACT: The study with the objective of pointing out the performance and strategies of internal control as a management tool for decision making in the context of the State University of Mato Grosso (UNEMAT) was developed from qualitative research, with data collection through interview structured

approach applied to the managers of the eleven university campus and the administrative headquarters. The results show that managers recognize e that internal control has become active in the institution, which enabled significant improvements in management in all aspects, be it financial, administrative, budgetary, accounting, equity and operational. As a result, the managers are able to make decisions based on the guidelines and precautions worked, which culminated in the unanimous approval of the university's accounts by the Court of Auditors. It is concluded that managers evaluate the performance and strategies of internal control as efficient, as they perform an engaging work calling on managers to develop their management devoid of errors, always striving to ensure the applicability and execution of the public resource with responsibility, administrative, budgetary, accounting, in order to meet society's needs.

KEYWORDS: Public Administration, Management, Internal Control.

1 | INTRODUÇÃO

Estudos sobre controle interno em instituições de ensino superior (IES) já se tornaram uma constante, tanto na plataforma internacional como na nacional. Rosa Filho (2005) por exemplo, avaliou instrumentos de controle gerencial por meio da pesquisa empírica aplicada em IES privadas de Curitiba–PR concluindo que os “instrumentos de controle gerencial são utilizados pelos diretores nas instituições, sendo possível detectar informações relevantes no que se refere ao método de trabalho praticado no processo de subsidiar os controles gerenciais”.

Abunahaman e Zotez (2006) ao avaliar o modelo de Prestação de Contas, verificou o reconhecimento da importância do controle interno nas Instituições Federais de Ensino Superior; sobretudo por tratar de instrumento de gestão que permite a transparência.

Já Silva (2008) em seu estudo levou em conta os paradigmas de administração e controle, os relatórios de gestão de uma universidade federal bem como os relatórios emitidos pela Controladoria Geral da União. Assim, possibilitou a verificação quanto à tímida evolução da aplicabilidade do modelo gerencial nas prestações de contas da universidade, concluindo a marcante influência da gestão burocrática.

Pessoa (2010) ao estudar o controle interno na Universidade do Espírito Santo na perspectiva da auditoria interna, observou que este é principiante no âmbito institucional, não tendo um setor específico para tal, tão pouco um sistema de controle interno formalizado e institucionalizado.

E ainda Siqueira (2007) que se interessou em investigar o controle patrimonial na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) levando em consideração os dispositivos legais aos quais as Autarquias estão atreladas no que tange à segurança, cuidado e prestação de contas dos bens patrimoniais, concluindo que muita melhoria pode ocorrer neste controle patrimonial, sobretudo, em relação aos métodos de controle e a busca de

estratégias de acompanhamento e registro patrimonial.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), onde foi desenvolvido o estudo desde sua gênese tem criado estratégias que buscam práticas inovadoras, de acordo com os anseios da comunidade. Assim, a Unidade Setorial de Controle Interno (UNISECI) da UNEMAT, como instrumento inovador, colabora para o desenvolvimento e avaliação do Sistema de Controle Interno, direcionando seus trabalhos nas áreas orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional (MATO GROSSO, 2009).

Para atender a necessidade de tomadas de decisões acertadas, os gestores da UNEMAT necessitam de informações e subsídios que comprovem a fidedignidade das práticas exigidas. Isto é possível por meio da UNISECI, possibilitando aos gestores alcançar o desenvolvimento e sua regularidade, estabelecendo uniformidade das operações nas unidades de sua estrutura organizacional, a fim de atender aos reclamos dos órgãos de controle externo por força da legislação constitucional, infraconstitucional estadual/federal e normas regulamentares dos Tribunais de Contas do Estado de Mato Grosso e da União (MATO GROSSO, 2007).

Neste sentido, surgiu o interesse pelo desenvolvimento dessa pesquisa, tomando como lócus a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por ser uma instituição pública de relevância social destacada com abrangência multidisciplinar e atuação em várias cidades do Estado de Mato Grosso (UNEMAT - HISTÓRICO, 2012). Com o objetivo de apontar a atuação e estratégias do controle interno como ferramenta de gestão para tomada de decisão no contexto de uma universidade estadual brasileira.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Cochrane (2003, p. 03) a Lei 4320/64 “estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, Estados, Municípios e Distrito Federal serão exercidos pelos poderes Legislativo e Executivo, mediante os controles internos e externos respectivamente”.

O Art. 75 da Lei 4320/64 estabelece que o poder executivo realize o controle da execução orçamentária no que se refere à legalidade dos atos, nascimento ou extinção de direitos e obrigações, na fidelidade funcional dos agentes públicos e no cumprimento do programa de trabalho (MEIRELES, 2005).

Esta questão sempre esteve prevista nas constituições do Brasil, porém na Carta Magna de 67 e na sua Emenda de 69 foram retiradas as funções de controle, o que acarretou constantes reivindicações até que na Constituição de 1988 passou a ser obrigatório o controle dos gastos públicos, como nos assevera Citadini (1988).

O fundamento do Controle Interno respalda-se nos Arts. 76 e 74, da Lei 4320/64 e nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal de 88, “significa que o sistema opera de forma integrada muito embora cada poder organize e mantenha seu próprio controle interno.

Tal sistema deverá ser coordenado pelo Poder Executivo a quem competirá, ao final do exercício preparar a prestação de contas”. Na esfera federal criou por meio da Emenda Provisória a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) com a “precípua função de controlar os gastos públicos” (COCHRANE, 2003, p.10).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) n. 101/2000, segundo Guedes (2001), regulamenta o art. 163 e atende aos princípios previstos no art. 37 da CF/88: da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, fixando normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal. Assegurando no art. 54 a obrigatoriedade da participação do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal.

Abunahman (2006, p. 272) afirma que o controle interno é fundamental na sua administração para as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), pois suas atribuições revelam a responsabilidade global e a “preocupação em zelar, avaliar, comprovar e exercer um controle interno adequado sobre os atos praticados pela administração”.

Por outro lado, de acordo com Pires e Macêdo (2006), organização pública é a instituição administrada pelo poder público, cujo principal objetivo é prestar serviços à sociedade. Os mesmos autores afirmam que as organizações públicas não diferem das demais organizações em relação às regras e rotinas, supervalorização da hierarquia, paternalismo nas relações e apego ao poder.

Oliveira (2000) referindo quanto ao gerenciamento de recursos públicos afirma que a maior preocupação dos gestores é evitar desperdícios ou desvios de recursos. Assim o gestor precisa selecionar as prioridades de gastos públicos, atendendo os princípios da legitimidade, da eficácia e da economicidade; observar se os recursos atingiram o objetivo pretendido (eficácia); e se os gastos foram realizados a preços razoáveis, senão os menores (economicidade).

A forma de fazer os meios para alcançar os objetivos, os métodos utilizados, a maneira de proceder – desde que legais e respeitando os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e da publicidade – serão livres para que cada administrador possa demonstrar sua eficiência segundo, sua capacidade e habilidade pessoal de gestão. A contabilidade gerencial segundo Graham Jr. (1994) está voltada para a administração da entidade, que tomando como referencial a contabilidade financeira, a contabilidade de custos, e as análises financeiras e dos balanços, pode influenciar sobremaneira na tomada de decisão do administrador público.

Para Oliveira (2000, p. 85), a estrutura organizacional vai montar o conjunto ordenado de autoridades, comunicação, responsabilidade e decisões das unidades organizacionais de uma empresa. Estrutura organizacional para Ranson, Hinings e Greenwood (1980) é um meio complexo de controle, que tem uma sequência de produção e recriação.

Hall (2001) afirma que mudanças na organização provocam mudanças estruturais. Nesse aspecto, as organizações estão em constantes mudanças impostas pelos ambientes turbulentos.

As decisões fazem parte integral da dinâmica administrativa em todos os tipos de organizações. No dia-a-dia não importando a parte ou atividade a ser desenvolvida na organização elas são componentes essenciais à consecução de objetivos, que também foram traçados através de decisões (SILVA, 2008).

A decisão pode ser vista sob o enfoque de processo, estrutura ou estilo. No enfoque de processo abrange várias etapas, levando em conta o contexto psicológico e social da organização e o meio em que a mesma cresce. Já na perspectiva de estilo considera-se a relação entre as características da administração (GOODWIN; WRIGHT, 1991).

Para Wright, Kroll e Parnell (2000) as decisões estratégicas resultam do fluxo de insumos, decisões e ações coletivas. Onde a administração central é a responsável pela decisão final, sendo está o apogeu dos conceitos, da capacidade criadora, de elementos e análises. Deste modo, os gestores necessitam de tomar decisões para execução do processo de administrar, porém necessitam de informações fidedignas para nortear seus propósitos.

Todo este aparato legal, acrescido das transformações contábeis, como o modelo gerencial, tem ajudado a controlar a aplicação dos recursos públicos, garantindo assim a melhor aplicação com responsabilidade e compromisso social.

3 | METODOLOGIA

Estudo qualitativo descritivo com o propósito de trabalhar segundo Cervo e Bervian (2002) “sobre os dados ou fatos colhidos da própria realidade”. De caráter transversal visto que o fator e efeito serão analisados no mesmo tempo.

Como local da pesquisa foi delimitado a UNEMAT com sede na cidade de Cáceres-MT e estrutura multicampi, abrangendo 13 (treze) câmpus distribuídos no Estado de Mato Grosso, com cursos de graduação regular e modalidades diferenciadas de ensino, além de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* (UNEMAT, 2010).

Como sujeitos da pesquisa foram delimitados vinte e um (21) gestores da Unemat que atuaram no exercício de 2011 compreendendo cinco (05) da Administração Central, dois (02) da Administração da Executiva Central; três (03) Órgãos dos Colegiados Superiores; quatro (04) da Administração Didático- Científica e sete (07) da Administração Regional. Sendo estes o Reitor, os Pró-reitores de Administração, de Gestão Financeira, e; de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Acrescidos dos professores e técnicos representantes dos colegiados superiores, das Faculdades e Institutos, bem como os Diretores de Unidades Regionalizadas e Diretores Políticos Pedagógicos e Financeiros.

Foram incluídos na amostra gestores que se dispuseram a participar da pesquisa; se comprometendo a prestar informações para subsidiar a pesquisa e que assinaram o Termo de Livre Consentimento e Esclarecidos.

A análise dos dados se deu por meio de análise de conteúdo das entrevistas; onde se delimitou como pilares para a análise o papel do controle, controle interno e tomada de decisão.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de controle foi efetivada no contexto da Unemat pela atual gestão como nos afirma o Reitor da Universidade: “...em 2011 o que fizemos foi primeiramente reconhecer a atuação do controle e exigir para todos os agentes públicos detentores de cargos na universidade que reconheça o controle interno como órgão que controla a administração...” (P¹) Isto reflete positivamente, pois como nos aponta Abunanhman e Zotez (2006) a criação de um sistema de controles internos nas IES pública é de grande relevância para a gestão dessas instituições, o que possibilitará mostrar com responsabilidade os atos praticados pela administração.

Assim, prossegue o reitor em sua fala:

“... todos os agentes da nossa administração têm que acatar os apontamentos do controle interno e dos controles externos em relação as decisões que podem ser tomadas com relação ao controle interno, buscar a melhoria porque todo o apontamento que é feito ele vem para melhorar a aplicação do recurso público, ou seja, o resultado para o contribuinte. E então os apontamentos feitos pelo controle interno são sim, de uma forma natural recebida pelo o agente ou de uma forma positiva que aqui dentro na universidade deve ser cumprida... (P¹).

Na verdade, o que se registra e observa é que muitos gestores têm clareza de que o controle interno na instituição funciona como uma ferramenta de gestão, capaz de levar à tomada de decisão, com eficiência e eficácia, acima de tudo. Emil (2007) complementa afirmando que o controle interno é fruto desta busca estratégica para a prática nas organizações. Assim contribui um gestor: “[...] não adianta você planejar se na hora de executar você não fazer o controle, ele não vai adiantar de nada vai ser uma ferramenta que não teve nenhuma qualidade se não houver o controle depois do planejamento [...]” (P²).

Imoniana e Nohara (2005) ao informar que controlar é uma ação de direcionar a organização para os melhores resultados coadunam com os dizeres do gestor quando afirma: “[...] na solução do problema ele é uma ferramenta de gestão [...]” (P³). O que pode ser entendido que na solução de um determinado problema deve existir um controle que oriente e acompanhe na correção do mesmo, assim alcança resultados positivos na gestão. Observe o que acrescenta outro gestor: “[...] há um tempo tivemos problemas na questão de despesas, como já tivemos conhecimento, onde já foi avisado sobre isso pelo controle, hoje a gente tenta evitar comprar procurando meios legais para esta aquisição [...]” (P⁴).

Para Brito (2004) a controladoria é a responsável em dar suporte a todos os

departamentos da empresa, e esta área deverá ser coordenada por pessoa de confiança, a quem gestores costumam pedir auxílio. “[...] O papel dele é justamente este de não deixar o gestor da instituição sem respostas, o papel dele é este de orientação constante [...]” (P⁵). “[...] para poder embasar e dar um respaldo para o gestor que às vezes fica em dúvida quanto à forma de executar uma despesa por exemplo [...]” (P⁶). Esta confiança citada pelo autor reflete na fala do gestor “[...] na minha tomada de decisão como gestor, quando eu peço para os funcionários questionarem o controle interno, esta resposta vai ser levada em consideração para não fazer, não executar alguma coisa errada [...]” (P⁷).

É salutar ressaltar a fala desta gestora: “Representa um embasamento legal da UNEMAT é o nosso código” (P⁴), entendendo assim, que o controle interno da Unemat passou a ser um instrumento de gestão tão necessário que não se pode atuar como gestor sem levar em conta as orientações, acompanhamento e correções aplicados por ele. Pois o CI “Representa uma ferramenta de fiscalização e capacitação dos técnicos que atuam na área financeira, contábil e de planejamento” (P¹).

Lima (2011) acentua que o controle oferece instrumentos que se utilizados pelos gestores, a organização alcançará melhores resultados. Isto porque permite uma tomada de consciência que acaba por desencadear ações como a reorganização até mesmo da organização estrutural da instituição, e isto ocorreu no seio da Unemat: “[...] passamos a discutir com todas as diretorias e supervisões como melhor executar procedimentos com regras discutindo e mapeando processos [...]” (P⁶).

Os gestores ao serem questionados se reconhecem o controle interno como ferramenta de gestão afirmaram: “Sim claro, como se fosse um espelho, onde você pode ver o que está de errado e poder corrigir, o controle interno tem esta função” (P⁸). “Sim, além da própria ferramenta de controle que é uma das etapas organização, planejamento, direção e controle ele também subsidia para a etapa de avaliação que seria a última etapa antes da elaboração de um novo planejamento [...]” (P⁹).

Apenas um dos gestores questiona que não, pois compreende que existe ainda uma questão cultural onde de um lado (controle) exerce certa coerção e de outro (gestor) acaba por ter receio do controle: “[...] hoje eu vejo que não, ele não representa uma ferramenta de gestão, tem alguns aspectos aí na verdade que passa por uma mudança cultural da gestão pública de maneira geral [...]” (P³).

[...] alguns pontos específicos foram orientados pelo controle interno, e a pró - reitoria atuou e tentou melhorar e implementar no que diz respeito de planejamento financeiro orçamentário [...]” (P²). O que se confirma a partir das considerações de Borsato (2010) ao alegar que por meio das ferramentas de controle existe uma interação com a estrutura organizacional, e a partir desta são elaboradas como subsídio aos gestores no processo de tomada de decisão. Ainda reafirmado na fala de outro gestor, onde acrescenta que o CI “Mostrou as necessidades, e isso ajudou a gente definir como estamos para podermos tomar as decisões, então eu acho que o controle interno na verdade fez o papel importante

que é moldar o sistema de gestão [...]” (P¹⁰).

Observe as contribuições de um dos gestores entrevistados: “Uma decisão que nós tomamos, foi de corrigir aquilo que estava apontando no relatório do controle interno [...]” (P⁸). Isto nos permite afirmar que houve uma ação-reflexão-ação do gestor a partir da atuação do controle interno, assim como considera Guimarães et al (2009) as atividades do controle propiciam aos gestores instrumentos que permitem uma visão holística das aplicações e recursos que estão sendo empregados na entidade, a fim de verificar como suas metas poderão ser alcançadas e dessa forma, tomar as melhores decisões.

Reforça o reitor que “[...]hoje, transcorrido 2011 tivemos aí um resultado extremamente positivo diante desse controle, dessa orientação e no final diminuindo as incidências negativas em relação a nossa administração” (P⁵). Isto graças as constantes avaliações da atuação do controle interno.

O CI como a unidade administrativa, que favorece o processo de gestão, por meio de informações que dão base ao processo de tomada de decisão (BEUREN; ASQUAL; SCHLINDWEIN, 2007); resulta no que informa um gestor: “[...] conseguimos minimizar o refazer do trabalho no momento que nós vemos a diminuição dos apontamentos pelo tribunal de contas a diminuição dos próprios relatório da auditoria [...]” (P⁵).

Com esta preocupação nos assegura que passou a cobrar de “[...] todos os agentes públicos detentores de cargos na universidade que reconhecessem o controle interno como órgão que controla a administração desvinculada de qualquer ação pessoal” (P¹). E, isto foi possível verificar durante a pesquisa, a forma como os gestores reconhecem e acreditam no papel do CI. O que reforça a partir da contribuição de Perardt (2009, p. 03) onde assegura que os “controles internos abrangem todos os processos e atividades organizacionais, bem como todos os funcionários envolvidos direta ou indiretamente, desde a alta administração até os níveis mais baixos”. Logo o CI “só veio beneficiar, conseguiu dar uma nova normatização nas nossas práticas administrativas e pelo zelo do recurso público que nós fazemos aqui” (P³).

Relata que se obteve “[...] práticas administrativas mais zelosas e os nossos agentes públicos passaram a ter primeiro orientação, segundo um receio da repreensão [...], contribuindo assim para a formação de [...] futuro gestores mais atentos nas ações administrativas e conseqüentemente um cuidado maior no gasto público, da nossa universidade” (P⁴). A partir destas considerações é possível afirmar que a Universidade vem buscando cada vez mais o que nos acrescenta Lima et al (2005), estar atenta ao ambiente em que ela está inserida, deve procurar agir conforme sua estrutura organizacional, utilizando e transformando recursos em serviços de acordo com o mercado e seu ambiente.

“Aponta como benéfico o conjunto de ações desenvolvidas a partir das orientações do controle interno, considerando que foram muitas, o conjunto delas estão no próprio relatório final em relação ao exercício 2011” (P³). Machado (2005) lembra que as universidades primando por seus objetivos compreendendo o desenvolvimento do ensino, da pesquisa

e da extensão carece de criar meios para ajustar ao seu ambiente com eficácia, eficiência e economicidade. E isto foi possível observar durante todas as colocações dos gestores, está busca de melhorias na aplicabilidade do recurso público, o que resultou no que nos demonstra um gestor: “2011 foi o primeiro exercício fiscal dessa gestão, [...] foi tranquila nossa aprovação junto ao TCE [...] tudo isso acredito que foi um trabalho feito por toda a reitoria mais principalmente nossa pró - reitoria de gestão financeira junto com o controle interno no sentido de melhorar os procedimentos de execução” (P²).

Explica o reitor que “[...] Inicialmente quando chegamos aqui ainda existia certo receio, certa recusa por parte dos agentes público e até mesmo da minha pessoa diante das orientações seja do controle interno, da auditoria, Tribunal de Contas, ou do Ministério Público” (P³). Este ponto também foi considerado por Vieira (2009) em seus estudos afirmando que o controle interno antes era visto pelos gestores como um órgão que dificultava o processo de gestão, através da colocação de empecilhos. Assegura que “[...] hoje, depois dessa conscientização, todos os apontamentos feitos pelo controle interno são realinhados e conseqüentemente tem dado aí um resultado melhor diante da administração pública praticada pela nossa universidade” (P¹⁶).

O resultado positivo na aplicação de recursos reflete “uma universidade extremamente sólida dentro do seu planejamento administrativo e financeiro, mas acima de tudo nas políticas finalísticas que é a formação de pessoas e o elo com a sociedade através dos projetos de extensões sociais e culturais” (P¹³).

Outro gestor considera como reflexo social alcançado pela instituição com a aplicabilidade do recurso público dentro da legalidade e que ao “[...] aplicar bem o recurso, ter zelo com o dinheiro público é alcançar resultado, ter garantia de que este recurso aplicado está revertendo em benefício de excelência para os contribuintes” (P⁹).

Perardt (2009, p. 07) afirma que “o sistema de controle interno tem como finalidade atender aos interesses públicos por meio da máxima eficiência no desempenho das atividades e do gerenciamento e minimização dos riscos”. “O recurso público bem aplicado [...] transmite segurança para a sociedade que paga seus impostos e está tendo um benefício social [...] a universidade está mudando, aplicando os seus recursos de forma que os seus resultados de gestão são eficientes é eficaz para a sociedade [...]” (P⁹).

“Instituições precisam encontrar formas para melhorar seus resultados na utilização dos recursos financeiros destinados aos projetos propostos pela comunidade universitária relacionado às atividades de ensino, pesquisa e extensão” assim nos assegura Alczuk, (2012, p.3). Isto no contexto da Unemat é visto pelo gestor da seguinte maneira: “[...] se você aplica o recurso de forma legal, de forma transparente, de forma que as contas da universidade são aprovadas e que a sociedade vê que realmente os resultados da gestão são positivos para a toda sociedade, leva uma repercussão positiva [...]” (P¹).

“São vários os reflexos sociais, hoje a instituição tem 15 mil alunos; isso reflete na sociedade e um dos principais é a formação acadêmica quanto mais alunos nós

conseguimos formar dentro desses preceitos legais melhores será a atuação da gestão” (P¹²). Assim estes números revelam a abrangência da instituição no universo do estado de Mato Grosso, e porque não dizer do Brasil, uma vez que os acadêmicos representam os mais diversos estados brasileiros. “[...] a partir do momento que tem a atuação da instituição em cidade pequena você leva uma qualidade de vida melhor e realização de sonhos das pessoas que onde no Brasil apenas em torno de 3% consegue realizar que um curso de graduação” (P¹⁰).

Prosseguindo nas colocações dos gestores quanto a este reflexo social alcançado pela instituição temos que o controle interno atuando, e, os gestores conseguindo garantir a aplicabilidade do recurso público dentro dos princípios legais automaticamente “[...] amplia a possibilidade de a universidade ser fortalecida e de ser reconhecida fora da região [...]” e, ainda lembra que a “[...] UNEMAT é uma universidade muito jovem mais que hoje é reconhecida não só nacionalmente, como é reconhecida em algumas áreas no ponto de vista internacional(P¹⁵)”. A exemplo da disponibilização do terceiro grau indígena, sendo a única universidade na América Latina a ofertar graduação e pós-graduação especificamente para os povos indígenas.

Com a atuação do controle os resultados levam a melhoria na gestão e, [...] se gestores não cometerem equívocos “[...] estamos contribuindo [...] para que a imagem da instituição seja cada vez mais fortalecida e o controle interno tem um papel preponderante porque ele nos auxilia muito” (P¹⁶).

Com a maior transparência na gestão e garantia da aplicação correta dos recursos públicos “[...] o cidadão passa a ter maior confiança nos gestores públicos, principalmente quando não existem erros nas contas públicas. As instituições e os gestores têm melhor imagem perante a sociedade” (P¹²).

“Temos uma relação muito forte com a sociedade porque os filhos desta sociedade está aqui dentro. Quando o campus é reformado e o aluno sabe onde o dinheiro foi utilizado, não se sente lesado mais sim recompensado” (P¹⁷). E, a instituição, sobretudo por ser público está a todo o momento sendo avaliada pela sociedade, logo, os próprios acadêmicos, os profissionais ali formados, os projetos de pesquisas realizados e os projetos de extensão aplicados em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade, são instrumento avaliativos neste processo.

Logo, como nos aponta Lima et al (2011) o exercício da gestão escolar universitária é mais exigente, sobretudo em termos éticos, devendo acautelar e potencializar o capital democrático, de cidadania, de tolerância e de respeito pelos direitos humanos que nas organizações educativas permanece muito superior ao evidenciado pela maioria das organizações sociais e formais do nosso tempo.

5 | CONCLUSÃO

Frente aos resultados apresentados se respalda em Alczuk e Pires (2012) para ratificar os reflexos positivos exercido pelo controle interno no gerenciamento dos recursos financeiros de uma instituição de ensino superior, contribuindo para a tomada de decisão dos gestores, pois segundo o autor a atuação do controle possibilita efetivo monitoramento e otimização dos recursos financeiros.

O avanço institucional com a consolidação da IES estudada ficou claro, embora ainda haja muito o que se galgar para um verdadeiro alinhamento entre as competências dos gestores e a estratégia das organizações como aponta Freire (2010) pois este processo na universidade ainda está em andamento; dado muitos gestores não dominarem esta realidade. Em suma o controle interno busca promover o alinhamento estratégico organizacional com as competências dos gestores.

Em resumo, os gestores da Unemat avaliam a atuação do controle interno como positiva e fundamental, sendo parte integrante neste processo de construção de uma Universidade comprometida, que bem aplica os recursos públicos, resultando num reflexo social positivo. Pois, representa uma ferramenta de fiscalização e capacitação técnica atuando nas áreas financeira, contábil, administrativa e de planejamento, a qual contribui para o processo de tomada de decisão que possibilita a garantia da aplicabilidade do recurso público com responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ABUNAHMAN, JG; ZOTEZ, LP. **Controle Interno na Administração Pública Federal: estudo do modelo de prestação de contas na Universidade Federal Fluminense**. Revista Organização e Estratégia. V 2, n 2, p. 271-288 mais/ago., 2006.

ALCZUK, S; PIRES, JSDB. **O controle interno e seus reflexos no gerenciamento dos recursos financeiros em uma instituição pública de ensino superior**. II Congresso COMAD de Gestão Pública disponível em: www.seplag.rs.gov.br, acessado em junho de 2012.

BEUREN, IM; PASQUAL, DL; SCHLINDWEIN, AC. **Abordagem da controladoria em trabalhos publicados no Enanpad e no congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2001 a 2006**. Rev. Cont. Fin. USP, São Paulo, v 18, n 45, p 22 – 37, set/dez., 2007.

BORSATO, JML; PIMENTA, DP; LEMES, S. **A influência da controladoria no processo de abertura de capital: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior**. Rev. Cont. Mest. Ciên. Cont. UERJ. Rio de Janeiro, v. 15, n 3, p. 51 - 65, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Out/1988. 6ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BRASIL. Lei 4320/1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>, acessado em junho de 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 101/2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a**

responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>, acessado em junho de 2011.

BRITO, CA. **Um estudo exploratório sobre a atuação da controladoria nas empresas de factoring.** 2004. 174 f. [Dissertação]. São Paulo: Centro Álvares Penteado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2004.

CERVO, AL. BERVIAN, PA. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Prenteci Hall, 2002.

CITADINI, AR. **Controle das coisas e recursos públicos.** Jornal “O Estado de São Paulo”, dez/1988.

COCHRANE, TMC. **A importância do controle interno na administração pública brasileira e a contribuição da Contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da Gestão Pública, 2003.** Disponível em <http://www.gestãofinanceirapública.ufc.br>, acessado em julho de 2012.

EMIL, C. **Increase of performance through integration of the controlling in the management system of the enterprise.** Horvarth E Patners “Controlling. Sisteme eficiente de crestere a performantei firmei”. Editura C. H. Beck, Bucuresti, p. 122 - 126, 2007.

FÊU, CH. **Controle interno na Administração Pública: um eficaz instrumento de accountability.** Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 119, out.2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4370>. Acesso em: 21 jan. 2013.

FREIRE, DG. **A percepção de gestores de universidades corporativas da cidade de São Paulo sobre a formação em controladoria como competência para o alinhamento do perfil dos gestores às estratégias das organizações.** [Dissertação]. FECAP, 2010.

GOODWIN, P. e WRIGHT, G. **Decision analysis for management judgement.** John Wiley & Sons Ltd, 1991.

GRAHAM JR, CB. **Para administrar a organização pública.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GUEDES, JRM. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

GUIMARÃES, IC; PARISI, C; PEREIRA, AC; WEFFORT, EFJ. **A importância da controladoria na gestão de riscos das empresas não financeiras: um estudo da percepção de gestores de riscos e controllers.** Rev Bras Gest Neg, São Paulo. V. 11, n. 32, p. 260 - 275, 2009

HALL, R. **Organizations: structure, processes, and outcomes.** 8. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 2001.

IMONIANA, JO; NOHARA, JJ. **Cognição da Estrutura de Controle Interno: Uma pesquisa exploratória.** Rev Adm Cont Unisinos, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 37 - 46, 2005.

LIMA, FB; LUCA, MMM; SANTOS, SM; PONTE, VMR. **A controladoria em instituições financeiras: estudo de caso no Banco do Nordeste do Brasil S.A.** Rev Cont Vista e Revista, Minas Gerais V. 22, n. 1, p 43 - 72, 2011.

MATO GROSSO. Tribunal do Estado. **Guia para Implantação do Sistema de Controle Interno na administração publica/ Tribunal de Contas do Estado.** Cuiabá, TCE, 2007.

MATO GROSSO. MANUAL TECNICO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS: **Sistema de Controle Interno.** Volume 4. Cuiabá: Saci/AGE, 2009.

MEIRELLES, HL. **Direito administrativo brasileiro.** 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

OLIVEIRA, DPR. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e práticas.** 17. ed. São Paulo:

Atlas,2000.

PERARDT, S. **Controle da administração pública**. XXII ENBRA – Encontro Brasileiro de Administração, 2009.

PESSOA, LES. **O controle interno na Universidade do Espírito Santo na perspectiva da auditoria interna**. Artigo publicado online em fev/2010, acesso em fevereiro de 2012.

PIRES, JCS; MACÊDO, KB. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 81-105, jan. /fev. 2006.

RANSON, S; HININGS, B; GREENWOOD, R. **He structuring of organizational structures**. Administrative Science Quarterly, v.25, n.1, p.1-17, 1980.

SILVA, IS. **Características de Gestão e do Controle na Fundação Universidade Federal de Rondônia: uma análise de documentos oficiais**. [Dissertação]. UNIR, Programa de pós-graduação mestrado em administração. Porto Velho, 2008.

SIQUEIRA, NA; RESKE FILHO, A. **O controle interno no Patrimônio da Universidade Federal de Santa Maria – Um Estudo de Caso**. Rev. Soc. e Hum. Santa Maria, v. 20 - Edição especial - setembro 2007 - p. 209-220.

UNEMAT. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Institui normas de observância da cadeia de comando na tramitação de documentos e informações sobre atos administrativos**. Disponível em www.unemat.br/legislação, acessado em: 20 de jul. de 2012.

WRIGHT, P; KROLL, MJ.; PARNELL, J. **Administração Estratégica: conceitos**. Tradução Celso A. Rimoli, Lenita R Esteves. São Paulo: Atlas, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 4, 8, 18, 19, 31, 33, 38, 43, 44, 46, 50, 51, 64, 81, 84, 86, 131, 132, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152

Administração Pública 46, 50, 140, 148, 150, 151, 152

Ameaça 8, 47

Andragogia 69

Aprendizado Ativo 133

Aprendizagem 22, 26, 27, 30, 35, 39, 42, 46, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 133, 134, 136, 138, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179

B

Botânica 101

Brand Equity 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 131, 132

C

Chatbots 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

D

Deficiência Visual 90, 91, 92, 93, 94

Diretrizes Curriculares 38, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89

E

Educação Especial 91, 94

Educação Médica 53, 133

Educação Pública 47, 50

Empreendedorismo 38, 46, 95, 97, 98

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 125, 126, 128, 134, 138, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179

Ensino-Aprendizagem 26, 30, 53, 54, 59, 67, 69, 70, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 134, 157, 160, 169, 170, 171, 176, 179

Ensino De Biologia 90, 102, 103

G

Gestão 3, 8, 19, 36, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 76, 113, 114, 126, 130, 131, 132, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 177, 179

Gestão Centralizada 47

L

Legislação EaD 21, 29

M

Metodologia Ativa 95, 99

Monitoria 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

P

Patrimônio Social 1, 8, 11, 12, 13, 15, 17

Pesquisa 1, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 64, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 125, 127, 128, 131, 134, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 178, 179

Plataformas Digitais 8, 53, 55

Processo Ensino-Aprendizagem 67, 69, 70, 134

R

Recurso Didático 101

T

Tutor 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 62, 66, 93, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 134

U

Universidade Comunitária 1, 10, 18, 19, 20

W

WhatsApp 61, 62, 64, 65, 66, 67

 **Atena**
Editora

2 0 2 0